



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 179/XII/3.ª SL

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 178;
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 202/XII (3.ª) (GOV)
– Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno (é competente a 6.ª Comissão; baixou com conexão à 10.ª Comissão)
Deputada autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD);
3. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 331/XII (3.ª), da iniciativa da ANEAE (Associação Nacional de Apoio Especializado), que Pretendem a suspensão do Protocolo de colaboração entre o Instituto de Segurança Social e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.
Deputado relator: GP do PSD;
4. Apreciação e votação do relatório sobre a COM(460)2013 – Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a medidas eficazes para a integração dos ciganos nos Estados-Membros. Ver também a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO DOS CIGANOS [COM(2013)454]
Deputada relatora: Idália Salvador Serrão (PS)

5. Apreciação e votação do relatório sobre a COM(676)2013 – COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a avaliação das regulamentações nacionais em matéria de acesso a determinadas profissões
Deputada relatora: Luísa Salgueiro (PS)
6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 167/XII (ALRAA) - Aumento da retribuição mínima mensal garantida
Deputado autor do parecer: Adriano Rafael Moreira (PSD)
7. Distribuição da Proposta de Lei n.º 203/XII (3.ª) (GOV) - Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de podologista, com ou sem fins lucrativos, bem como da emissão do respetivo título profissional
Deputado autor do parecer: GP do PS
8. Distribuição da Proposta de Lei n.º 207/XII (3.ª) (GOV) - Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro
Deputado autor do parecer: GP do PSD
9. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por pôr em apreciação a ata n.º 178, referente à reunião de 12 de fevereiro, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 202/XII (3.ª) (GOV). Submetidos à votação, foram os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, foi submetida à votação a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 331/XII (3.ª), tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE. Foi igualmente designada relatora a Senhora Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD).

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Idália Salvador Serrão (PS) apresentou o relatório sobre a COM(460)2013 ressaltando, como ponto prévio, que em sua opinião o termo "cigano" é profundamente discriminatório, pelo que deveria ser dado um passo em frente. Não obstante, utilizará esse termo porque é o que consta dos documentos oficiais. Submetido à votação, foi o relatório aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No quinto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Luísa Salgueiro (PS) apresentou de forma sucinta o relatório sobre a COM(676)2013, o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 167/XII (ALRAA), sublinhando a importância da informação constante da Nota Técnica respetiva. Submetidos a votação, foram os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No sétimo ponto da Ordem do Dia foi distribuída a Proposta de Lei n.º 203/XII (3.ª) (GOV) e designada autora do parecer a Senhora Deputada Luísa Salgueiro (PS).

No oitavo ponto da Ordem do Dia, foi igualmente distribuída a Proposta de Lei n.º 207/XII (3.ª) (GOV) – Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro e designada autor do parecer o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD).

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) informou ainda da designação da Deputada Clara Marques Mendes (PSD) como autora do parecer do Projeto de Lei n.º 503/XII (3.ª) (BE).

O Senhor Presidente pôs à consideração da Comissão a necessidade de a apreciação pública daquela iniciativa legislativa ser pelo prazo de 20 dias, na sequência de a tutela o ter solicitado, urgência que se deve, designadamente, a questões políticas.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) interveio de seguida para dizer que, do ponto de vista político, tem dificuldade em perceber a urgência, até porque o Governo avançou sozinho com aquela proposta de lei, sem o acordo da concertação social. Contudo, também referiu que o GP do PS não irá obstaculizar o referido procedimento desnecessariamente, por se tratar de uma decisão do Governo.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) informou que o GP do PSD nada tinha a opor.

O Senhor Deputado David Costa (PCP) lembrou que já é por demais conhecida a posição contrária do GP do PCP ao sugerido pelo Senhor Presidente da Comissão quanto ao facto de a apreciação pública decorrer pelo prazo de 20 dias.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente informou que a próxima reunião da Comissão terá início pelas nove horas e trinta minutos de quarta-feira, dia 26 de fevereiro, sendo a Ordem do Dia preenchida não só com a audição, a requerimento do GP do PCP relacionada com a situação das pessoas com deficiência e a sua situação específica, bem como regimental, do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas doze horas e cinquenta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2014.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 19 de fevereiro de 2014

Folha de Presenças

(Ata n.º 179/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Nuno Sá
Otília Ferreira Gomes
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
Adriano Rafael Moreira
António Cardoso
David Costa
Luísa Salgueiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
Jorge Machado
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto

